

PROCESSO Nº [•]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]  
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

## CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•] PARA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA O  
DESASSOREAMENTO DOS RIOS TIETÊ E PINHEIROS E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS RELACIONADOS

Anexo “I” – GLOSSÁRIO

## 1. GLOSSÁRIO

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO e ANEXOS, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões utilizados e redigidos em caixa alta deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os significados atribuídos no GLOSSÁRIO.

<b>ACEITE DEFINITIVO</b>	Ato emitido exclusivamente pela AGÊNCIA REGULADORA que atesta, em caráter de definitividade, após manifestação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, o encerramento das obras descritas no item 4.6.9.2 do ANEXO B – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO SERVIÇO.
<b>ACEITE PROVISÓRIO</b>	Ato emitido exclusivamente pela AGÊNCIA REGULADORA após manifestação do VERIFICADOR INDEPENDENTE sobre o aceite ou rejeição das obras da CONCESSÃO, com indicação da necessidade de correções pela CONCESSIONÁRIA sujeitas a nova avaliação para emissão de ACEITE DEFINITIVO
<b>ACORDO TRIPARTITE</b>	Documento firmado entre a CONCESSIONÁRIA, FINANCIADORES e o PODER CONCEDENTE, para, após prévia anuência da ARSESP, outorgar aos FINANCIADORES, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o controle da CONCESSIONÁRIA em caso de inadimplemento contratual, pela CONCESSIONÁRIA, dos referidos contratos de financiamento relativos a este CONTRATO.
<b>ADJUDICATÁRIA</b>	Licitante vencedor ao qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
<b>AGÊNCIA REGULADORA</b>	Agência Reguladora Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP. Trata-se de uma autarquia estadual responsável por regular, controlar e fiscalizar a prestação de serviços públicos delegados no estado de São Paulo.
<b>AGENTE FIDUCIÁRIO</b>	Entidade do Sistema Financeiro responsável para operação do SISTEMA FIDUCIÁRIO, incluindo a centralização do fluxo de pagamentos e

	administração da GARANTIA PÚBLICA.
<b>ANEXOS</b>	Conjunto de documentos, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme listagem no item 4 do CONTRATO.
<b>ANO CONTRATUAL</b>	Período de doze meses definido por um contrato entre duas ou mais partes.
<b>APÊNDICE</b>	Documento complementar aos elementos textuais do respectivo ANEXO.
<b>APORTE DE SEDIMENTOS</b>	Quantidade de sedimentos que são depositados em uma área específica em um dado período.
<b>ASSOREAMENTO</b>	Processo de deposição de sedimentos em corpos d'água, resultando na redução da profundidade e capacidade de escoamento.
<b>ÁREA DE INTERVENÇÃO</b>	Trecho específico dos rios Tietê e Pinheiros onde serão realizadas as atividades de desassoreamento, derrocamento ou revitalização.
<b>ÁREA DE DEPOSIÇÃO</b>	Local destinado ao descarte ou armazenamento temporário dos sedimentos removidos durante o desassoreamento.
<b>ÁREA DE CONCESSÃO</b>	Corresponde às áreas demarcadas no ANEXO A – ÁREA DA CONCESSÃO.
<b>ÁREA OPERACIONAL 1 ou AO1</b>	ÁREA DE CONCESSÃO entre a Barragem de Pirapora e Barragem Edgard de Souza, conforme definido no ANEXO A – ÁREA DA CONCESSÃO.
<b>ÁREA OPERACIONAL 2 ou AO2</b>	ÁREA DE CONCESSÃO entre a Barragem Edgard de Souza e Barragem da Penha, conforme definido no ANEXO A – ÁREA DA CONCESSÃO.
<b>ÁREA OPERACIONAL 3 ou AO3</b>	ÁREA DE CONCESSÃO entre a Barragem da Penha e a Ponte Nova Salesópolis, conforme definido no ANEXO A – ÁREA DA CONCESSÃO.
<b>ÁREA OPERACIONAL 4 ou AO4</b>	ÁREA DE CONCESSÃO do Canal Pinheiros, conforme definido no ANEXO A – ÁREA DA CONCESSÃO.
<b>ARSESP</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo. Trata-se de uma autarquia estadual responsável por regular, controlar e fiscalizar a prestação de serviços públicos delegados no estado de São

	Paulo.
<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>	Etapa inicial da LICITAÇÃO, realizada nos dias indicados no preâmbulo do EDITAL, em atendimento ao artigo 29 da Lei Estadual nº 10.177/1998, bem como ao artigo 21 da Lei Federal nº 14.133/2021, para tornar público o modelo desta CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para a elaboração do EDITAL, do CONTRATO e ANEXOS.
<b>BARREIRA DE CONTENÇÃO DE RESÍDUOS</b>	Estrutura ou sistema projetado para confinar resíduos e evitar a contaminação ambiental, usada em aterros e locais de descarte para proteger o solo, água e atmosfera.
<b>SÓLIDOS URBANOS</b>	Estrutura projetada para bloquear ou desviar resíduos sólidos urbanos, como lixo e entulho, impedindo que esses materiais sejam transportados pelas águas dos rios e causem obstruções ou impactos ambientais.
<b>AVCB</b>	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.
<b>B3</b>	B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro nº 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização do certame.
<b>BATIMETRIA</b>	Levantamento da profundidade e da forma do fundo de corpos d'água, utilizado para mapear o relevo do fundo do leito dos RIOS, bem como avaliar a sua geometria.
<b>BENS DA CONCESSÃO</b>	São os bens vinculados ao objeto da CONCESSÃO, indispensáveis à prestação dos SERVIÇOS, que deverão ser reformados e implantados pela CONCESSIONÁRIA, cuja posse, guarda, operação, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo: (i) bens caracterizados ou não como BENS REVERSÍVEIS; e (ii) bens repassados pelo PODER CONCEDENTE ou adquiridos ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.
<b>BENS REVERSÍVEIS</b>	São os bens públicos e imóveis vinculados e afetos ao objeto da

	CONCESSÃO, indispensáveis à prestação dos SERVIÇOS, que deverão ser projetados, reformados e implantados pela CONCESSIONÁRIA, cuja posse, guarda, operação, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, e que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO e nos termos deste, de modo a garantir a continuidade da prestação dos SERVIÇOS.
<b>BANCO DE SEDIMENTOS</b>	Acúmulo de materiais sólidos no leito dos rios, como areia, silte e argila, que reduz a capacidade hidráulica.
<b>BIOENGENHARIA</b>	Conjunto de técnicas que utilizam materiais vegetais vivos e inertes combinados com estruturas de engenharia para estabilização de margens, controle de erosão e recuperação ambiental.
<b>BARRAGEM</b>	Estrutura construída transversalmente ao curso de um rio ou canal para represar ou controlar o fluxo de água, podendo ser utilizada para geração de energia, abastecimento, controle de enchentes ou recreação.
<b>BOTA-ESPERA</b>	Local destinado ao armazenamento temporário dos sedimentos removidos durante o desassoreamento para secagem, nos termos do ANEXO B - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO SERVIÇO.
<b>BOTA-FORA</b>	Disposição definitiva dos materiais removidos da ÁREA DE CONCESSÃO em locais licenciados e ambientalmente adequados, como aterros sanitários, áreas de reuso ou áreas de contenção.
<b>CALIBRAÇÃO DE MODELOS</b>	Processo de ajuste dos parâmetros de um modelo matemático para garantir que seus resultados estejam alinhados com os dados observados.
<b>CAPACIDADE HIDRÁULICA</b>	Volume máximo de água que um corpo d'água ou canal pode transportar sem transbordar.
<b>CARACTERIZAÇÃO SEDIMENTOLÓGICA</b>	Análise das propriedades físicas, químicas e granulométricas dos sedimentos presentes nos rios.

<b>CARGA DE SEDIMENTOS</b>	Quantidade de sedimentos transportados por um corpo d'água, podendo estar em suspensão ou deposição.
<b>CENTRAL DE MONITORAMENTO, CONTROLE E OPERAÇÃO (CMCO)</b>	Estrutura destinada ao monitoramento e gerenciamento das atividades operacionais das atividades de Desassoreamento. Plataforma ou estrutura integrada que permite monitorar, controlar e registrar todas as etapas dos serviços de desassoreamento, incluindo indicadores de desempenho, progresso físico e impactos ambientais.
<b>CETESB</b>	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, definida conforme o Decreto nº 5.993, de 16 de abril de 1975.
<b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, além de ter conduzido os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
<b>CONAMA</b>	Conselho Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.
<b>CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ou CONCESSÃO</b>	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO celebrado entre PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no referido CONTRATO e nos ANEXOS.
<b>CONCESSIONÁRIA ou CONTRATADA</b>	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO vencedora da LICITAÇÃO, que firma o CONTRATO com o PODER CONCEDENTE.
<b>CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL ou CONCORRÊNCIA</b>	É a modalidade de licitação prevista no inciso II do artigo 28 c/c o artigo 52 da Lei Federal nº 14.133/2021, eleita para a LICITAÇÃO.
<b>CONDIÇÕES DE EFICÁCIA DO CONTRATO</b>	Eventos cujo implemento conjuntivo é necessário para que possa ser emitida a ORDEM DE INÍCIO PARCIAL e, com isso, seja iniciado o transcurso do PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.
<b>CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO</b>	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA,

	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL DE LICITAÇÃO.
<b>CONSÓRCIO</b>	Associação de sociedades, instituições financeiras, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO que deverá, em sendo vencedor do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
<b>CONSULTA PÚBLICA</b>	Etapa da LICITAÇÃO, realizada durante os dias indicados no preâmbulo do EDITAL, para divulgação da minuta de EDITAL, da minuta do CONTRATO e demais ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
<b>CONTA CENTRALIZADORA</b>	Conta aberta pela CONCESSIONÁRIA, de titularidade do PODER CONCEDENTE, mantida junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO, de movimentação restrita por esse, para depósito das RECEITAS ACESSÓRIAS, e dedicada especificamente ao trânsito dos recursos do PODER CONCEDENTE para as demais contas do SISTEMA FIDUCIÁRIO, nos termos do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.
<b>CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA</b>	Conta aberta pela CONCESSIONÁRIA e de sua titularidade, mantida junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO, de livre movimentação, que desempenhará a função de receber a transferência dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e, nas condições do CONTRATO e do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, a parte das RECEITAS ACESSÓRIAS destinada à CONCESSIONÁRIA, os valores decorrentes da execução da GARANTIA PÚBLICA.
<b>CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS</b>	Conta a ser aberta pela CONCESSIONÁRIA para recebimento dos RECURSOS VINCULADOS, conforme previsto no EDITAL, CONTRATO e ANEXO K - DIRETRIZES PARA A CONTRATAÇÃO DE CONTAS.
<b>CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA</b>	Pagamento total anual feito pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA em troca dos SERVIÇOS PÚBLICOS prestados.
<b>CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA</b>	Remuneração paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, após

<b>ou CPME</b>	incidência dos fatores previstos no ANEXO C – MECANISMO DE PAGAMENTO sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA.
<b>CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA ou CPMM</b>	Remuneração máxima possível a ser paga mensalmente pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA pela execução do CONTRATO definida na PROPOSTA COMERCIAL apresentada pelo LICITANTE vencedor.
<b>CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS</b>	Instrumento que estabelece o conjunto de regras, procedimentos, direitos e obrigações destinados a operacionalizar o sistema fiduciário da CONCESSÃO para viabilizar a garantia de obrigações pecuniárias do PODER CONCEDENTE, conforme dispõe o ANEXO C – MECANISMO DE PAGAMENTOS.
<b>CONTRATO DE CONCESSÃO ou CONTRATO</b>	O instrumento contratual que tem por objeto a concessão administrativa para o desassoreamento dos RIOS Tietê e Pinheiros e outros serviços públicos relacionados.
<b>CONTROLE ou CONTROLADORA</b>	Observados os termos do artigo 116, da Lei Federal nº 6.404/1976, significa o direito de:  (a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e  (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar.
<b>CORTINA DE RETENÇÃO DE TURBIDEZ</b>	Estrutura flutuante ou fixa utilizada para controlar a dispersão de partículas em suspensão durante atividades como dragagem ou desassoreamento, minimizando impactos ambientais em áreas adjacentes.
<b>COTA DE FUNDO</b>	Altura ou elevação, medida em metros, do fundo do leito dos TRECHOS do rio em relação ao nível do mar, obtida através da BATIMETRIA.
<b>COTA DE PROJETO</b>	Altura ou elevação, medida em metros, do fundo do leito dos TRECHOS



	do rio, em relação ao nível do mar, que representa a meta de COTA DE FUNDO, conforme definido no ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO
<b>COTA DE FUNDO ASSOREADO</b>	Medida da elevação do fundo de um curso de água ou reservatório devido ao acúmulo de sedimentos.
<b>COTA HIDRÁULICA</b>	Nível de água em um determinado ponto de um corpo hídrico, medido em relação ao ponto de referência definido no ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO.
<b>COTA MÉDIA MENSAL DE FUNDO ASSOREADO</b>	Média do nível de assoreamento registrado ao longo de um mês.
<b>CLASSIFICAÇÃO GRANULOMÉTRICA</b>	Processo de identificação das dimensões das partículas sedimentares, como areia, silte e argila.
<b>CPP</b>	Companhia Paulista de Parcerias, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, criada pela Lei Estadual nº 11.688, de 19 de maio de 2004, e instituída formalmente por meio do Decreto Estadual nº 48.867, de 27 de agosto de 2004.
<b>CREDENCIAMENTO</b>	Procedimento realizado para representação das LICITANTES na SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e em todos os demais atos da LICITAÇÃO, incluindo a assinatura dos documentos e declarações exigidas no EDITAL.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários, criada pela Lei Federal n.º 6.385/1976.
<b>DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO</b>	Data de assinatura do CONTRATO.
<b>DATA BASE</b>	[•]
<b>DATA DE EFICÁCIA</b>	É a data de assinatura da ORDEM DE INÍCIO PLENA, observadas as condições previstas no CONTRATO.
<b>DATA ROOM</b>	Sítio eletrônico <a href="https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-">https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-</a>

	qualificado/seguranca-hidrica-desassoreamento/, em que os interessados poderão obter o EDITAL e seus ANEXOS e outras informações a respeito da LICITAÇÃO conforme regulamento da consulta pública.
<b>DEPOSIÇÃO DE SEDIMENTOS</b>	Processo de acúmulo de partículas sólidas no leito dos rios, causado pela redução da velocidade da corrente.
<b>DERROCAMENTO</b>	Processo de remoção de formações rochosas ou materiais sólidos do leito dos rios, realizado para garantir a navegabilidade, aumentar a capacidade hidráulica ou viabilizar o desassoreamento.
<b>DERROCAMENTO SUBAQUÁTICO</b>	Técnica de remoção de formações rochosas ou obstáculos no leito dos rios que estão submersos, utilizando equipamentos especializados como escavadeiras hidráulicas ou explosivos controlados.
<b>DESTINAÇÃO FINAL</b>	Disposição definitiva dos materiais removidos (sedimentos ou rochas) em locais licenciados e ambientalmente adequados, como aterros sanitários, áreas de reuso ou áreas de contenção.
<b>DESASSOREAMENTO</b>	Remoção de materiais sedimentares acumulados no leito dos RIOS Tietê e Pinheiros para restaurar a capacidade de escoamento e prevenir enchentes.
<b>DIQUE(S)</b>	Estrutura(s) longitudinal(is) construída(s) paralelamente às margens de rios ou canais para proteger áreas adjacentes contra inundações ou controlar o fluxo de água.
<b>DIRETOR DA SESSÃO</b>	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de abertura e julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS, em nome da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
<b>DIRETRIZES PARA O CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO</b>	Conjunto de orientações que especificam os critérios e parâmetros para realizar verificações e auditorias de conformidade, nos termos do CONTRATO.
<b>DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO</b>	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no

	ENVELOPE de CREDENCIAMENTO, nos termos do item 10 do EDITAL.
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>	Documentos que deverão ser apresentados pela Proponente no Envelope de Habilitação, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.
<b>DOE/SP</b>	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
<b>DRAGA DE SUCÇÃO E RECALQUE</b>	Equipamento utilizado para retirar sedimentos do fundo de corpos d'água por meio de sucção, transportando-os através de tubulações para locais de descarte ou armazenamento.
<b>DRENAGEM URBANA</b>	Conjunto de obras e medidas destinadas a conduzir e controlar o escoamento das águas pluviais em áreas urbanizadas.
<b>EFICIÊNCIA OPERACIONAL</b>	Medida de quão bem os recursos são utilizados para alcançar os resultados desejados.
<b>ELEVAÇÃO DO FUNDO</b>	Altura ou nível do fundo do corpo d'água em relação a um plano de referência, geralmente utilizado para monitorar alterações na profundidade do leito devido a processos de assoreamento ou desassoreamento.
<b>ESCAVADEIRA HIDRÁULICA</b>	Equipamento utilizado para escavar, remover ou transportar materiais como sedimentos e rochas. Pode ser equipado com diferentes ferramentas, como caçambas ou martelos hidráulicos, para operação em terra ou subaquática.
<b>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</b>	Documento que apresenta os requisitos técnicos detalhados para produtos, serviços ou processos a serem implementados.
<b>EROSÃO</b>	Processo de desgaste e transporte de materiais do solo ou rocha, frequentemente causado pelo fluxo da água, vento ou ação humana.
<b>ESTUDO HIDRODINÂMICO</b>	Análise das características do fluxo de água em um corpo hídrico, incluindo velocidade, direção e vazão.

<b>EDITAL DE LICITAÇÃO ou EDITAL</b>	O EDITAL de CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [•]/2025 e todos os seus ANEXOS.
<b>EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A (“EMAE”)</b>	Concessionária de geração de energia que opera sistema hidráulico e provê energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, no Médio Tietê, na Baixada Santista e no Vale do Paraíba.
<b>ENVELOPE</b>	Envelope contendo os DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, a GARANTIA DA PROPOSTA, a PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, a depender do caso, nos termos do EDITAL.
<b>ESTADO</b>	Estado de São Paulo, unidade territorial e administrativa da República Federativa do Brasil.
<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)</b>	Estudo ambiental exigido para o licenciamento de obras de significativo impacto ambiental em conjunto com o Relatório de Impacto Ambiental. Este instrumento possui respaldo constitucional e é disciplinado por diversos instrumentos normativos como a Lei nº 9638 de 1981 e a Resolução CONAMA nº 1 de 1986.
<b>ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA ou EVTE</b>	Estudo que apresenta os valores e anos contratuais dos investimentos e que servirá de base para a elaboração do cronograma físico-executivo, representado pelo ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA/EVTE, a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA e suas consequências, nos termos do CONTRATO.
<b>EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO</b>	Ocorrências climáticas ou meteorológicas extraordinárias que deem ensejo à publicação, no DOE/SP, de decreto de calamidade pública pelo PODER CONCEDENTE e causem avarias na ÁREA DE CONCESSÃO, tornando necessária a realização de obras de manutenção emergencial, para a restauração das condições de drenagem da ÁREA DE CONCESSÃO.
<b>EVENTO DE DESEQUILÍBRIO</b>	Evento, ato ou fato, que, comprovadamente, desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e que enseja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do CONTRATO.

<b>EVENTO SEGURÁVEL</b>	Evento, ato ou fato apto a causar danos à CONCESSIONÁRIA, ao PODER CONCEDENTE, aos BENS REVERSÍVEIS, à ÁREA DE CONCESSÃO ou a terceiros, cuja possibilidade de ocorrência possa ser objeto de contratação de cobertura securitária oferecida no Brasil, há pelo menos 02 (dois) anos, por pelo menos por duas empresas seguradoras, em valores médios praticados no mercado.
<b>FASE DE INVESTIMENTOS</b>	Período que se inicia na data de emissão da ORDEM DE INÍCIO PLENA, correspondente à fase de execução das INTERVENÇÕES INICIAIS, elaboração dos PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, emissão das LICENÇAS de obras e execução das obras civis previstas para os INVESTIMENTOS.
<b>FASE DE OPERAÇÃO PARCIAL</b>	Período que se inicia com a emissão, pela AGÊNCIA REGULADORA, da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL, durante a qual a CONCESSIONÁRIA deverá prestar os SERVIÇOS e executar os INVESTIMENTOS, conforme ANEXO B – ESPECIFICAÇÕES MINIMAS DE SERVIÇOS.
<b>FASE DE OPERAÇÃO PLENA</b>	Período que se inicia com a emissão, pela AGÊNCIA REGULADORA, da ORDEM DE INÍCIO PLENA, durante a qual a CONCESSIONÁRIA deverá prestar os SERVIÇOS e executar os INVESTIMENTOS, conforme ANEXO B – ESPECIFICAÇÕES MINIMAS DE SERVIÇOS.
<b>FASE PRÉ-OPERACIONAL</b>	Período que se inicia com a emissão, pela AGÊNCIA REGULADORA, da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL, durante a qual serão executadas atividades preparatórias para o início da FASE DE OPERAÇÃO.
<b>FATOR DE CONCLUSÃO DE OBRA ou FCO</b>	Fator de ajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA em razão da conclusão de INVESTIMENTOS e efetiva disponibilidade da infraestrutura, conforme descrito nos ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO e ANEXO C – MECANISMO DE PAGAMENTO.
<b>FATOR DE DESEMPENHO DE SERVIÇO ou FDS</b>	Fator de ajuste de parte da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA ao desempenho apresentado pela CONCESSIONÁRIA no TRIMESTRE DE APURAÇÃO, conforme regras e diretrizes apresentadas no ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO.

<b>FINANCIADOR(ES)</b>	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
<b>FLUXO DE CAIXA MARGINAL</b>	Metodologia eleita para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando da ocorrência de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO.
<b>GARANTIA DE EXECUÇÃO</b>	Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO DE CONCESSÃO, a ser prestada e mantida em vigor, pela CONCESSIONÁRIA, em favor do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos no CONTRATO.
<b>GARANTIA DA PROPOSTA</b>	Garantia do fiel cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
<b>GARANTIA PÚBLICA</b>	Garantia a ser prestada pelo PODER CONCEDENTE nos termos do CONTRATO, para assegurar o pagamento de suas obrigações pecuniárias, nos termos do CONTRATO.
<b>GRUPO ECONÔMICO</b>	Compõem o grupo econômico da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, ou acionistas (estes últimos com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
<b>GEOMETRIA DO CANAL</b>	Configuração física do canal de um rio, incluindo largura, profundidade e forma transversal.

<b>GRANULOMETRIA</b>	Classificação das partículas sedimentares com base em seu tamanho.
<b>HABILITAÇÃO JURÍDICA</b>	Documentação necessária à comprovação de habilitação jurídica para contratação com a Administração Pública.
<b>HIDRODINÂMICA</b>	Estudo do movimento da água em sistemas naturais ou artificiais, incluindo características como velocidade e direção.
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, entidade responsável pela fiscalização ambiental e pela preservação dos recursos naturais no Brasil, criado pela Lei Federal nº 7.735/1989.
<b>INDICADOR DE DESEMPENHO ou INDICADOR</b>	Métrica utilizada para avaliar a eficiência, eficácia e qualidade dos serviços realizados durante as intervenções, como volume de sedimentos removidos, tempo de execução e impacto ambiental minimizado, conforme previsto no ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO.
<b>INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</b>	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.
<b>INUNDAÇÃO</b>	Transbordamento de um corpo hídrico devido à incapacidade de escoamento, frequentemente causado por assoreamento ou chuvas intensas.
<b>ISO</b>	Organização Internacional de Normalização, que estabelece padrões globais para qualidade, segurança e eficiência em processos e produtos.
<b>INVESTIMENTOS</b>	São as despesas de capital a serem desembolsadas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da CONCESSÃO, as quais deverão ser realizadas nos termos do ANEXOS B – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, considerados necessários para cumprir e manter aderência aos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO D –

	INDICADORES DE DESEMPENHO
<b>IPCA/IBGE ou IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha a substituí-lo na hipótese de sua extinção.
<b>LEVANTAMENTO BATIMÉTRICO</b>	Procedimento técnico de medição da profundidade e da topografia do leito do rio, realizada com equipamentos especializados, como sonares ou drones aquáticos.
<b>LICENÇAS</b>	Atos administrativos, tais como licenças, autorizações, certidões, outorgas e alvarás, dentre outros, que autorizam a realização de obras, atividades e a respectiva operação na ÁREA DE CONCESSÃO, de acordo com a legislação pertinente e as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle urbanístico, ambiental e demais condicionantes.
<b>LICITAÇÃO</b>	Concorrência Internacional nº [●]/202[●], promovida pelo PODER CONCEDENTE para a seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
<b>LICITANTE</b>	Sociedades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos e/ou entidades que, isoladamente ou reunidas em CONSÓRCIO, participam da LICITAÇÃO.
<b>LICITANTE VENCEDORA</b>	LICITANTE declarada vencedora por ter apresentado a proposta mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL.
<b>MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3</b>	Documento elaborado pela B3, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DA PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame.
<b>MATERIAL INERTE</b>	Resíduos classe II B – Inertes são quaisquer resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa, segundo a ABNT NBR 10007, e submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou deionizada, à temperatura ambiente, conforme ABNT NBR 10006, não



	tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor, conforme anexo G da norma acima citada.
<b>MATERIAL NÃO INERTE</b>	Resíduos classe II A – Não Inertes são os resíduos que não se enquadram nas classificações de resíduos classe I – Perigosos ou classe II B – Inertes, nos termos da ABNT NBR 10004/2004 e suas atualizações.
<b>LIMPEZA DE SEDIMENTOS</b>	Processo de retirada de resíduos ou sedimentos acumulados no leito do rio.
<b>MANUTENÇÃO DE MARGENS</b>	Conjunto de ações destinadas a garantir a estabilidade das margens dos rios, prevenindo erosão e deslizamentos, além de promover sua revitalização.
<b>MATRIZ DE RESPONSABILIDADE</b>	Ferramenta que define e organiza as responsabilidades de cada parte envolvida em um projeto ou operação, detalhando tarefas e funções.
<b>MATURIDADE TÉCNICA</b>	Nível de desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas e tecnologias dentro de um determinado campo.
<b>MEDIÇÃO DE DESEMPENHO</b>	Processo de coleta e análise de dados para avaliar a eficácia e eficiência das operações.
<b>METAS DE COTAS DE FUNDO</b>	Objetivos estabelecidos para níveis de água que devem ser atingidos a cada TRIMESTRE DE APURAÇÃO, conforme definido pelo ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO.
<b>MODELAGEM HIDRODINÂMICA</b>	Simulação computacional do fluxo de água em sistemas aquáticos para prever cenários e apoiar o planejamento de intervenções.
<b>MODELAGEM SEDIMENTOLÓGICA</b>	Simulação computacional da dinâmica dos sedimentos em corpos d'água para prever deposição, transporte e erosão.
<b>MONITORAMENTO AMBIENTAL</b>	Acompanhamento sistemático das condições ambientais para avaliar os impactos das atividades de desassoreamento e derrocamento.
<b>NORMAM</b>	Normas da Autoridade Marítima (NORMAM), resultando no conjunto de

	normas que regulamentam a navegação, segurança e operações marítimas no Brasil, estabelecidas pela Autoridade Marítima, conforme disposto no artigo 4º da Lei Federal nº 9.537/1997.
<b>ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO</b>	Pagamento mensal devido pela CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA para custear o exercício das competências de fiscalização e regulação contratual, excluído o montante devido diretamente ao VERIFICADOR INDEPENDENTE por parte da CONCESSIONÁRIA.
<b>ORDEM DE INÍCIO</b>	Ato expedido pelo PODER CONCEDENTE, após assinatura do CONTRATO e o cumprimento das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA, que dá início à vigência do PRAZO DA CONCESSÃO.
<b>ORDEM DE PAGAMENTO</b>	Ato vinculado emitido pelo PODER CONCEDENTE que autoriza o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA com recursos orçamentários, ou, subsidiariamente, a transferência da quantia devida, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, do valor depositado na CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA.
<b>PADRÕES DE DESEMPENHO IFC</b>	Conjunto de documentos contendo os padrões de desempenho socioambiental da International Finance Corporation (IFC), publicados em 1 de janeiro de 2012, acessível em < <a href="https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/mgrt/ps-portuguese-2012-full-document.pdf">https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/mgrt/ps-portuguese-2012-full-document.pdf</a> >.
<b>PAISAGISMO DAS MARGENS</b>	Ações de revitalização e requalificação das margens dos rios, incluindo o plantio de vegetação, criação de áreas de lazer e integração ao ambiente urbano.
<b>PARTES</b>	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
<b>PARTES INTERESSADAS</b>	Grupos, indivíduos, comunidades e/ou organizações que sejam impactados pela CONCESSÃO pela prestação dos SERVIÇOS e/ou seus resultados.

<b>PARTES RELACIONADAS</b>	Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa do seu GRUPO ECONÔMICO, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
<b>PARTICIPANTE CREDENCIADA</b>	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, devidamente autorizada a operar na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que, a critério da(s) LICITANTE(S), poderá ser contratada para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme o Manual de Procedimentos da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) que constitui o ANEXO II – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
<b>PASSIVO DE DESASSOREAMENTO</b>	Representa a diferença, em montante de volume de sedimentos, entre a COTA DE FUNDO dos RIOS em comparação à COTA DE PROJETO.
<b>PLANO ANUAL DE DESASSOREAMENTO</b>	Documento técnico que define as ações, objetivos e estratégias para as atividades de DESASSOREAMENTO em um período de um ano.
<b>PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS</b>	Documento a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA, no qual a CONCESSIONÁRIA apresentará os projetos para a exploração de todas as RECEITAS ACESSÓRIAS por ela vislumbradas, nos termos do CONTRATO.
<b>PLANO DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE</b>	Documento a ser produzido pela CONCESSIONÁRIA, o qual deve prever os mecanismos de integridade da CONCESSIONÁRIA para a execução dos SERVIÇOS na ÁREA DE CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.
<b>PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO</b>	Documento apresentado pela CONCESSIONÁRIA e submetido à aprovação da AGÊNCIA REGULADORA, no qual será previsto procedimento para a desmobilização e devida reversão dos BENS REVERSÍVEIS da CONCESSÃO e garantir a contínua e adequada prestação dos SERVIÇOS.
<b>PLANO DE EXECUÇÃO</b>	Documento a ser produzido pela CONCESSIONÁRIA, composto pelo PROJETO PAISAGÍSTICO, PROJETO EXECUTIVO e PLANO DE LICENCIAMENTO.

<b>PLANO DE LICENCIAMENTO</b>	Documento a ser produzido pela CONCESSIONÁRIA, detalhando o conteúdo, base legal e cronograma das ações a serem desenvolvidas para o cumprimento das exigências ambientais necessárias ao cumprimento do CONTRATO.
<b>PLANO DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	Documento a ser produzido pela CONCESSIONÁRIA, detalhando a técnica a ser empregada na operação, na manutenção e na prestação dos serviços objeto do CONTRATO.
<b>PLANO DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS</b>	Documento a ser produzido pela CONCESSIONÁRIA, o qual deve prever normas, com base nas melhores práticas de governança, para o relacionamento com PARTES RELACIONADAS envolvidas com a operação dos SERVIÇOS e eventual exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do CONTRATO.
<b>PODER CONCEDENTE</b>	O ESTADO, por intermédio da SPI.
<b>PÔLDER(ES)</b>	Área(s) de terra baixa cercada por diques e drenada artificialmente para uso agrícola, urbano ou industrial, protegendo-a(s) contra inundações.
<b>PRAZO DA CONCESSÃO</b>	O prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da emissão da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL.
<b>PRECIPITAÇÃO</b>	Quantidade de chuva que atinge uma área em um determinado período.
<b>PROJETO</b>	Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, que possibilite a avaliação dos custos, definição dos métodos e do prazo de execução da obra e/ou serviço objeto deste CONTRATO DE CONCESSÃO.
<b>PROJETO BÁSICO</b>	Conjunto de elementos necessários e suficientes para a caracterização das obras e fornecimentos a serem realizados sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares e que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos das obras e fornecimentos.
<b>PROJETOS DE ENGENHARIA E</b>	Conjunto dos elementos necessários e suficientes para a execução de

<b>ARQUITETURA</b>	obras e fornecimentos, apresentado de forma objetiva, precisa e detalhada, englobando o PROJETO BÁSICO, o PROJETO EXECUTIVO e o AS BUILT, observadas as regras do CONTRATO, dos ANEXOS e das normas técnicas aplicáveis.
<b>PROJETO EXECUTIVO</b>	Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa das obras e fornecimentos, contendo: o relatório de projeto, as especificações técnicas, os desenhos, as notas de serviço, as memórias de cálculo, os resultados dos estudos. Deve ser elaborado a partir do PROJETO BÁSICO e com tal nível de detalhe que se permita a definição dos quantitativos, custo global das obras e prazo de execução.
<b>PROJETO PAISAGÍSTICO</b>	Planejamento técnico e criativo de espaços externos, como jardins, parques, praças, áreas residenciais, comerciais ou públicas, com o objetivo de harmonizar elementos naturais (vegetação, água, solo) e artificiais (estruturas, mobiliários, pavimentação) dentro de um determinado espaço.
<b>PROPOSTA COMERCIAL</b>	Oferta apresentada pela LICITANTE VENCEDORA contendo o menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA a ser paga mensalmente pelo PODER CONCEDENTE.
<b>QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</b>	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
<b>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</b>	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
<b>REAJUSTE</b>	Correção monetária automática e periódica dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA, com vistas a preservar seu valor econômico em face da inflação ou deflação geral dos preços na economia, conforme indexador definido no CONTRATO.
<b>RECEITAS ACESSÓRIAS</b>	Receitas alternativas, complementares ou acessórias, decorrentes da execução de atividades acessórias ou de projetos associados a serem excepcionalmente auferidas pela CONCESSIONÁRIA após prévia e expressa autorização da AGÊNCIA REGULADORA, observadas as

	disposições específicas do CONTRATO DE CONCESSÃO para sua exploração.
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	Recursos a serem depositados na CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS caso a PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE vencedora apresente desconto a partir de [●]% ([●] por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA, nos termos definidos no EDITAL.
<b>REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO</b>	Área que engloba a cidade de São Paulo e seus municípios circunvizinhos, formando um grande aglomerado urbano. A RMSP é composta por 39 municípios, incluindo grandes cidades como São Paulo, Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo, Santo André, entre outras.
<b>REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA</b>	Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal e trabalhista para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
<b>RELATÓRIO ANUAL DE DESEMPENHO</b>	Documento que apresenta a análise e avaliação do desempenho ao longo de um ano.
<b>RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO</b>	Documento técnico a ser produzido durante o TRIMESTRE DE APURAÇÃO pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE contendo a aferição do nível de cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA e que definirá o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA a ser pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA no TRIMESTRE DE PAGAMENTO seguinte à respectiva emissão.
<b>RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS</b>	Documento técnico a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA que terá por objetivo exclusivo a identificação de passivos socioambientais na ÁREA DE CONCESSÃO.
<b>REPRESENTANTE CREDENCIADO</b>	Pessoa natural nomeada pela LICITANTE para atuar em seu nome durante a condução da LICITAÇÃO.
<b>RESERVATÓRIOS</b>	Barragem da Penha e Barragem da Ponte Nova.
<b>RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	Materiais descartados provenientes de atividades humanas e/ou

	processos naturais retirados dos RIOS.
<b>REVISÃO EXTRAORDINÁRIA</b>	Revisão do CONTRATO, conduzida pela AGÊNCIA REGULADORA, a pedido da CONCESSIONÁRIA ou por ato de ofício da AGÊNCIA REGULADORA, mediante propositura do PODER CONCEDENTE, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual, nos termos do CONTRATO, e recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, apenas cabível nas hipóteses excepcionais previstas no CONTRATO em que uma PARTE suporte os prejuízos decorrentes de materialização de evento cujo risco é atribuído, pela lei ou pelo CONTRATO, à outra PARTE, em que não seja possível tratar a questão em sede de REVISÃO ORDINÁRIA.
<b>REVISÃO ORDINÁRIA</b>	Revisão do CONTRATO, realizada quadrienalmente, com o escopo de atualizar os INDICADORES DE DESEMPENHO, PLANO DE INVESTIMENTOS e quaisquer condições da CONCESSÃO às modificações que tenham sido percebidas neste período ou a fim de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no CONTRATO.
<b>RIOS</b>	Rio Tietê e Rio Pinheiros.
<b>SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS ou SPI</b>	Secretaria de Parcerias em Investimentos do ESTADO, órgão da Administração Pública Direta do Estado de São Paulo.
<b>SERVIÇOS</b>	Desenvolvimento de atividades e obras relacionadas ao OBJETO do CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos do ANEXO B – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.
<b>SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS</b>	Sessão pública presencial para abertura do ENVELOPE C das LICITANTES cujas GARANTIAS DA PROPOSTA tenham sido declaradas regulares pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, bem como para a prática dos demais atos pertinentes ao procedimento da LICITAÇÃO.
<b>SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES</b>	Sessão pública presencial para recebimento dos ENVELOPES das LICITANTES e realização de CREDENCIAMENTO, sendo encerrada após a abertura do ENVELOPE B de todas as LICITANTES.

<b>SESSÕES PÚBLICAS</b>	SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.
<b>SISTEMA DE ALERTA A INUNDAÇÕES DE SÃO PAULO ou SAISP</b>	Sistema que monitora áreas de risco na região metropolitana de São Paulo e emite alertas de inundação para prevenir danos.
<b>SP Águas</b>	Agência de Águas do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, do Governo do Estado de São Paulo.
<b>SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGAS)</b>	Conjunto estruturado de processos, práticas e procedimentos que permite a integração entre os princípios sustentáveis e o desenvolvimento de atividades dentro de uma organização. A NBR ISSO 14001 estabelece diretrizes para implementação e melhoria contínua do SGAS dentro do ambiente organizacional.
<b>SONAR MONOFEIXE</b>	Tecnologia de sonar que utiliza um único feixe de som para mapear a topografia subaquática.
<b>SPE ou SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO</b>	Sociedade anônima constituída na conformidade da lei brasileira com a finalidade específica de prestar os serviços públicos e as demais atividades geradoras de RECEITAS ACESSÓRIAS objeto da presente CONCESSÃO.
<b>SUBCONTRATADO</b>	Terceiro contratado por conta e risco da CONCESSIONÁRIA para realizar a transferência e/ou a execução de qualquer das atividades inerentes ao CONTRATO.
<b>SUCESSORA</b>	Empresa, consórcio de empresas ou fundo de investimentos que adquira o CONTROLE da CONCESSIONÁRIA ou a CONCESSÃO nos termos deste CONTRATO.
<b>SUSPENSÃO DE SEDIMENTOS</b>	Sedimentos que permanecem misturados na coluna d'água devido à turbulência ou ao movimento da corrente.
<b>TERMO DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS E DE TRANSFERÊNCIA DOS BENS</b>	Documento formal que registra a transferência de bens e a responsabilidade pela execução de serviços entre partes envolvidas em



<b>RESERVÍVEIS</b>	um contrato.
<b>TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO</b>	Ato expedido pelo PODER CONCEDENTE em até 60 (sessenta) dias após a extinção da CONCESSÃO que atesta em caráter de definitividade a conclusão da transição.
<b>TERMO DE FISCALIZAÇÃO</b>	Documento contendo registro das eventuais ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas, na ÁREA DE CONCESSÃO, que a AGÊNCIA REGULADORA deverá encaminhar à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.
<b>TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE</b>	Qualquer modificação de composição societária que implique modificação do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, observada o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976.
<b>TRANSPORTADOR DE SEDIMENTOS</b>	Equipamento utilizado para movimentar os sedimentos removidos durante o desassoreamento ou derrocamento.
<b>TRECHO</b>	Segmento específico dos RIOS, definido conforme o ANEXO A – ÁREA DA CONCESSÃO.
<b>TRECHOS OBJETO DA CONCESSÃO / TRECHOS OPERACIONAIS</b>	Segmentos específicos que fazem parte do escopo concedido para exploração ou manutenção.
<b>TRIBUNAL ARBITRAL</b>	Colegiado arbitral institucional a ser designado para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos e condições previstos no CONTRATO.
<b>TRIMESTRE DE APURAÇÃO</b>	Período durante o qual o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá produzir o RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO contendo a aferição do nível de cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
<b>TRIMESTRE DE PAGAMENTO</b>	Período subsequente ao TRIMESTRE DE APURAÇÃO durante o qual vige o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO estabelecidos pela AGÊNCIA REGULADORA, após recebimento do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO do VERIFICADOR INDEPENDENTE.

<b>TURBIDEZ</b>	Medida da quantidade de partículas em suspensão na água, que afetam sua transparência.
<b>VALOR ESTIMADO DO CONTRATO</b>	Constitui o valor da soma simples dos valores estimados da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA previstos para todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
<b>VAZÃO</b>	Volume de água que passa por uma seção transversal de um rio em determinado período.
<b>VELOCIDADE DE FLUXO</b>	Taxa de deslocamento da água em um corpo hídrico.
<b>VERIFICADOR INDEPENDENTE</b>	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA, conforme ANEXO E – VERIFICADOR INDEPENDENTE, com garantia de independência, que deverá realizar a aferição e/ou mensuração independente da aderência dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA aos INDICADORES DE DESEMPENHO do CONTRATO previstos no ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO.
<b>ZONA DE ACÚMULO DE SEDIMENTOS</b>	Área específica onde há maior deposição de sedimentos no leito dos rios.
<b>ZONA DE EROSÃO</b>	Área onde ocorre maior desgaste do leito ou das margens do rio devido ao fluxo da água.

#### SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS